



# **Navegando a precariedade: precariedade urbana e resistências cotidianas entre mulheres de duas favelas do Rio de Janeiro**

**Navigating precariousness: Urban precariousness and everyday resistance among women from two favelas in Rio de Janeiro**

**Navegando la precariedad: precariedad urbana y resistencia cotidiana entre mujeres de dos favelas de Río de Janeiro**

**Lia de Mattos Rocha\*** 

**Aline de Almeida Hoche\*\*** 

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
Doutora em Sociologia (IUPERJ), Professora Associada do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ. Pesquisadora CNPq e Faperj (Cientista do Nosso Estado).

\*\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
Mestre em História, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## RESUMO

As trajetórias de vida de quatro mulheres moradoras de favela da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é o ponto de partida deste artigo, que analisa as formas de agenciamento produzidas por elas frente às múltiplas dimensões da precariedade. A partir de dois trabalhos etnográficos realizados nos territórios do Morro do Céu, em Niterói, e do Caju, na cidade do Rio de Janeiro, acompanhamos como nossas interlocutoras, apesar de enfrentarem obstáculos estruturais, mobilizam redes de apoio, transitam entre formalidades e informalidades e constroem projetos de vida. Propomos o conceito de “precariedade urbana” como uma chave analítica que articula dimensões estruturais de desigualdade a processos cotidianos de subjetivação e que dá ao território centralidade analítica enquanto mais uma camada que produz a precariedade contemporânea. Ao destacar as “emergências cotidianas” que ameaçam conquistas duramente obtidas, o artigo argumenta que tais experiências revelam a instabilidade como traço central da vida nas favelas. Contudo, ao evidenciar os *contornamentos* operados por essas mulheres, buscamos também afirmar sua potência política e capacidade de resistência. Assim, este artigo contribui para uma conceituação da precariedade que reconhece tanto sua dimensão estrutural quanto as práticas criativas que permitem habitar e transformar o mundo sob condições adversas.<sup>♦</sup>

**Palavras-chave:** precariedade urbana, contornamentos, favela, interseccionalidade, desigualdades.

<sup>♦</sup> Ambas as autoras contribuíram igualmente com a produção de dados, análise e redação do artigo. Aproveitamos para agradecer a interlocução da equipe do projeto “Militarização e Precariedade no Rio de Janeiro: estudo de caso em uma favela carioca sob controle armado” financiado pela FAPERJ (Edital APQ1 Processo 26/210.679/2024), bem como todas e todos os colegas do CIDADES – Núcleo de Pesquisa Urbana (Uerj/CNPq), que debateram este texto em diversas ocasiões. Agradecemos também às pareceristas do artigo, pela leitura cuidadosa e indicações que fortaleceram nosso argumento.

**ABSTRACT**

This article draws on the trajectories of life of four women living in *favelas* in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro to analyse the forms of agency they develop in response to multiple dimensions of precariousness. Based on two ethnographic studies conducted in the territories of Morro do Céu (Niterói) and Caju (Rio de Janeiro), we examine how these women, despite facing structural obstacles, mobilise support networks, navigate between formal and informal arrangements, and build life projects. We propose the concept of *urban precariousness* as an analytical key that links structural dimensions of inequality to everyday processes of subjectivation, while attributing analytical centrality to territory as a further layer in the production of contemporary precariousness. By highlighting the *everyday emergencies* that threaten hard-won achievements, the article argues that instability is a central feature of life in the favelas. However, by foregrounding the *navigational strategies* through which these women confront such conditions, we also affirm their political capability and capacity for resistance. This article thus contributes to a conceptualisation of precariousness that recognises both its structural nature and the creative practices that enable people to inhabit and transform the world under adverse conditions.

**Keywords:** urban precariousness, navigational strategies, favelas, intersectionality, inequalities

**RESUMEN**

Las trayectorias de vida de cuatro mujeres que viven en favelas de la Región Metropolitana de Río de Janeiro son el punto de partida de este artículo, que analiza las formas de agencia que ellas generan frente a las múltiples dimensiones de la precariedad. A partir de dos estudios etnográficos realizados en los territorios de Morro do Céu, en Niterói, y Caju, en la ciudad de Río de Janeiro, observamos cómo nuestras interlocutoras, a pesar de enfrentar obstáculos estructurales, movilizan redes de apoyo, navegan entre formalidades e informalidades y construyen proyectos de vida. Proponemos el concepto de “precariedad urbana” como clave analítica que articula las dimensiones estructurales de la desigualdad con los procesos cotidianos de subjetivación y que otorga al territorio una centralidad analítica como una capa más que produce la precariedad contemporánea. Al destacar las “emergencias cotidianas” que amenazan los logros arduamente alcanzados, el artículo argumenta que dichas experiencias revelan la inestabilidad como un rasgo central de la vida en las favelas. Sin embargo, al destacar los mecanismos de afrontamiento que emplean estas mujeres, también buscamos afirmar su poder político y su capacidad de resistencia. Así, este artículo contribuye a una conceptualización de la precariedad que reconoce tanto su dimensión estructural como las prácticas creativas que permiten habitar y transformar el mundo en condiciones adversas.

**Palabras clave:** precariedad urbana, elusión, favela, interseccionalidad, desigualdades.

## Introdução

Ao acompanhar as lutas cotidianas de quatro mulheres moradoras de favelas chamou-nos a atenção como, apesar das múltiplas dificuldades enfrentadas, seus relatos destacam as estratégias para realizar sonhos e projetos. Seja acionando redes de apoio, seja costurando alternativas entre o formal e o informal, nossas interlocutoras “fazem a vida” cotidianamente, apesar dos imensos obstáculos que enfrentam. Interessadas em refletir sobre essas táticas de agenciamento e de afirmação da vida (Das, 2024), colocamos em diálogo duas experiências de pesquisa: etnografias realizadas com mulheres moradoras de favelas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro,<sup>1</sup> onde o território possui papel central para explicar tanto os obstáculos enfrentados quanto as alternativas para superá-los. Assim, a partir da categoria “precariedade urbana” buscamos descrever os diferentes obstáculos, enquadrados como dimensões das precariedades enfrentadas pelas populações pobres urbanas, bem como propomos investigar as formas de *contornamento* acionadas por essas interlocutoras.

Assim, nesse artigo operamos o conceito de precariedades a partir de dois planos interligados: como estrutura que organiza o mundo social a partir de relações de violência e desigualdades e, ao mesmo tempo, como processos múltiplos de subjetivação que tornam possível habitar e se mover neste mundo. Compreendido como um duplo movimento – estruturas e agenciamentos, ou obstáculos e contornamentos – propomos ampliar a conceituação da precariedade para incorporar também sua dimensão territorial, nomeada como “precariedade urbana”. Se a precariedade, como iremos demonstrar na seção conceitual deste artigo, pode ser encontrada em diversas dimensões da vida social – como trabalho, saúde, educação, política etc., entendemos que ela impacta de maneira mais profunda o cotidiano de quem mora em favelas e periferias urbanas brasileiras: habitação e infraestrutura insuficientes, mobilidade inadequada, violência armada e

---

<sup>1</sup> O campo na favela do Caju é conduzido por Lia Rocha, no âmbito do projeto de pesquisa “Militarização e Precariedade no Rio de Janeiro: estudo de caso em uma favela carioca sob controle armado” financiado pela FAPERJ (Edital APQ1 Processo 26/210.679/2024). O campo no Morro do Céu é conduzido por Aline Hoche, que também compõe a equipe do projeto citado, e faz parte de sua pesquisa de doutorado. Por se tratar de pesquisas em andamento, e em função do escopo deste artigo, não foi possível destacar na análise as diferenças nas trajetórias que são decorrentes dos contextos específicos de cada um dos territórios. Optou-se por privilegiar o que a condição de território favelado e periférico possui em comum, articulado no conceito de “precariedade urbana”.

violência estatal, estigma e racismo, por exemplo, são alguns dos obstáculos diários que se apresentam na vida das populações pobres e urbanas.

Descrevemos e analisamos, portanto, a “precariedade urbana” tendo como ponto de observação – como propõe Telles (2010, p. 13) – as trajetórias<sup>2</sup> de Ana Júlia e Fernanda, moradoras do Morro do Céu, em Niterói, e Bárbara e Cecília, moradoras do Caju, na cidade do Rio de Janeiro. Nosso objetivo é, a partir dos percursos de nossas interlocutoras e de suas experiências enquanto mulheres negras e periféricas que lidam cotidianamente com as precariedades urbanas presentes nos territórios que habitam, compreender como produzem contornamentos, navegando pelas condições precárias de todo dia.

Este artigo é formado, além desta introdução e das considerações finais, por uma seção teórica, em que apresentamos como entendemos e mobilizamos os conceitos que fornecem a base teórica e interpretativa do trabalho, e por uma seção analítica, na qual trazemos os relatos etnográficos recolhidos durante trabalho de campo.

Esperamos com esse artigo, longe de esgotar o tema, contribuir para a discussão sobre como as diferentes dimensões de precariedade presentes no ambiente urbano se relacionam, se entrelaçam e conformam a realidade de seus habitantes. A partir da perspectiva de mulheres racializadas e periféricas, pretendemos expandir a compreensão sobre as precariedades contemporâneas, destacando a importância do território de moradia e trabalho como dimensão analítica relevante. Para além da contribuição teórico-analítica, pretendemos também somar nossos esforços aos debates no campo das políticas públicas e da governança urbana, que reforçam a importância da perspectiva interseccional para a definição das formas de atuação estatal sobre territórios e populações precarizadas e subalternizadas.

## I. Precariedade: disputas conceituais em torno de um problema contemporâneo

Como categoria analítica chave neste trabalho mobilizamos o conceito de precariedade, mas reconhecendo sua polissemia e os diferentes usos que tem recebido. Em uma rápida pesquisa em buscadores acadêmicos é

---

<sup>2</sup> De acordo com Telles (2010), as “trajetórias urbanas de indivíduos e suas famílias” são entendidas como “percursos exploratórios” da cidade e “das tramas sociais que configuram os espaços urbanos”; é através das agências e das relações que se estabelecem que os territórios vão ganhando forma na análise e, ao narrar essas trajetórias, podemos mapear as “realidades em mutação”.

possível encontrar o termo precariedade sendo usado como sinônimo de vulnerabilidade, exclusão, marginalidade, desigualdade, fragilidade etc. Se tudo é precariedade, qual o valor analítico do conceito?

Uma revisão teórica do conceito ultrapassaria o escopo deste artigo, mas buscamos nesta seção apresentar como o estamos operando. Trabalhos que analisam o estado da arte (Han, 2018; Lorey, 2015; Millar, 2017) identificam, *grosso modo*, duas grandes “vertentes” no debate. Por um lado, aqueles que pensam a precariedade a partir da dimensão econômica e investigam os efeitos do trabalho precário nas condições de vida de pessoas trabalhadoras. Entre as principais referências aqui estão Pierre Bourdieu (1998, 2003), Robert Castel (1995) e, mais recentemente, Guy Standing (2011).<sup>3</sup> Com importantes diferenças, que não poderemos explorar aqui, tais contribuições descrevem a precariedade como a condição de quem não tem direitos trabalhistas ou garantias legais, reflexo da deterioração das relações de trabalho produzidas pelo neoliberalismo.

Para outra corrente a referência é Judith Butler, para quem a precariedade (*precariousness*) é uma condição generalizada da vida humana ou ainda uma vulnerabilidade humana comum, que surge com a própria vida (Butler, 2004, p. 31). Nesse sentido, todos somos precários ao dependermos uns dos outros para viver – a precariedade seria, portanto, uma condição de interdependência, relacional (Millar, 2017, p. 4). Porém, a precariedade é distribuída de forma diferenciada, e indivíduos específicos (como as minorias étnicas, a população LGBTQ+, as pessoas com deficiências etc.) estão mais expostos a situações de marginalização social (Butler, 2004), destruição e morte (Han, 2018). Butler, assim, representa a corrente da “precariedade ontológica”, que remete à condição compartilhada da “vida precária” (2004) e, ao mesmo tempo, denuncia a desumanização de vidas “menos passíveis de luto” que outras (2016).

Neste debate sobre as precariedades em sua dimensão estrutural, interessamos pensar, mais especificamente, em como raça e gênero, articulados à classe e sua conjunção inescapável com território de origem e/ou moradia, como é o caso das favelas e periferias no Brasil (Amparo Alves, 2018), são elementos que determinam a desigualdade na distribuição da precariedade. Especialmente quando pensados como formas de exploração violentas, tais

---

<sup>3</sup> No Brasil, destaca-se o trabalho de Ruy Braga (2017) na apreensão do conceito de precariado, mas incorporando as determinações produzidas pelo contexto da periferia do capitalismo.

marcadores sociais contribuem para compreender como as precariedades são reproduzidas historicamente e como produzem novas subjetividades que, se por um lado são conformadas às novas formas de “governo dos pobres” no neoliberalismo (Gago, 2020; Segato, 2016), por outro também permitem o aparecimento de novas modalidades de agência.

Nesse sentido, trabalhos mais recentes, especialmente aqueles resultantes de etnografias com populações classificadas como “precarizadas”, chamam a atenção para como as referências teóricas do debate traçado brevemente acima dão pouca relevância analítica à agência dos “sujeitos precários” (Chmutina *et al.*, 2023; Das & Randeria, 2015; Han, 2018). Propõem, assim, que se observe e descreva as *táticas* empregadas pelos sujeitos de forma cotidiana para contornar tais dificuldades (Das & Randeria, 2015). Ainda entre os trabalhos recentes mobilizados aqui, há quem aponte que o debate sobre precariedade estaria demasiadamente apoiado sobre a experiência das sociedades capitalistas do Norte global (Millar, 2017, p. 3), argumentando que no capitalismo a precariedade é a norma, porque é a condição de extração do capital necessária para sua reprodução. No mesmo sentido, segue a crítica de Gago (2020), para quem as “narrativas euro-atlânticas” sobre o neoliberalismo desconsideram a história de violência e precarização constitutiva da experiência histórica no capitalismo – narrativa essa desafiada pela reflexão feminista produzida “no Sul”, com a qual buscamos dialogar. Assim, a precariedade não seria uma insuficiência de proteção ou uma exceção, mas um “instrumento político-econômico normalizado” (Lorey, 2015, p. 51), uma nova forma de governo que instrumentaliza a insegurança e a expande como ameaça para todas as pessoas. Tais trabalhos são importantes interlocutores para a análise que buscamos fazer aqui, por destacarem as possibilidades de subjetivação trazidas por esse fenômeno, que podem representar possibilidades de “rompimento, recusa ou escape” (Lorey, 2015, p. 28).

Portanto, como arcabouço analítico, interessa-nos a imagem da precariedade como algo que é *navegável*, no sentido de que é ao mesmo tempo constrangimento e agência. Partindo do diálogo com o conceito de *tática* de Michel De Certeau (1998), descrito pelo autor como “a arte de dar golpes”, “pequenos sucessos”, “*performances* operacionais que dependem de saberes antigos”, por fim, uma “inteligência (que) é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula” (p. 47). Seguindo esse

percurso analítico, chegamos ao conceito de *navegação social* proposto por Vigh (2009). O autor parte da metáfora da navegação – ato de se mover em um ambiente em constante movimento e onde “as pessoas agem em situações difíceis, sob influências de múltiplas forças” (2009, p. 419, em tradução das autoras) – para operar com o conceito que permite analisar a agência em “circunstâncias incertas” e em ambientes sociais instáveis. Tal movimento impacta as ações dos indivíduos que buscam melhores oportunidades de vida no presente, ao mesmo tempo que tentam viabilizar possibilidades de um futuro melhor.

Dessa maneira, navegar a precariedade refere-se à forma como ajustam-se táticas, como contornam-se obstáculos cotidianos, enquanto se busca tornar a vida possível e planejar um futuro menos instável, sem desconsiderar, contudo, a distribuição desigual das precariedades. Na perspectiva das trajetórias de vida de nossas interlocutoras, mulheres negras e moradores de favelas, foi possível identificar e compreender as possibilidades de agenciamento abertas por elas cotidianamente, através do acionamento de “astúcias” e “inteligências”. Navegando pelas precariedades urbanas, nossas interlocutoras contornam as dificuldades estruturais que compõem os territórios que habitam. A categoria que mobilizamos para descrever essas táticas é *contornamento*.

Assim, a partir de Telles (2010), operamos a noção de *contornamento* como uma competência circulatória, uma capacidade prática mobilizada por comerciantes para atravessar os limites legais impostos às dinâmicas de importação e exportação. Na mesma direção, Fernandes (2014) inspira-se na categoria benjaminiana de *porosidade* para propor uma leitura do *contornamento* como uma disposição subjetiva orientada para a invenção de meios de existência em contextos de usurpação. Em sua etnografia com moradores de ocupações urbanas, a autora mostra como esses sujeitos acionam saberes e práticas cotidianas para “contornar as situações de usurpação que marcavam [seu] cotidiano” (Fernandes, 2014, p. 324), evidenciando o caráter inventivo, relacional e situado dessas formas de agir.

Com base nessas contribuições, propomos uma definição de *contornamento* como uma prática social situada, que articula saberes tácitos e disposições subjetivas voltadas à invenção de meios de circulação ou desvio diante de obstáculos materiais e/ou simbólicos. Podendo ou não representar uma resistência, o contornamento opera em zonas de porosidade e ambiguidade,

e está enraizado na materialidade da vida cotidiana. Navegar a precariedade, assim, é uma forma de “fazer a vida” cotidianamente, contornando, quando possível, obstáculos estruturais imensos, ao mesmo tempo que se busca viabilizar percursos que propiciem futuros menos inseguros.

Por fim, para finalizar o arsenal analítico teórico operado neste artigo, cabe ainda considerar que a precariedade é um fenômeno multidimensional, podendo se expressar em termos de estruturas como classe, raça e gênero – ou desigualdade de classe, racismo e sexismo<sup>4</sup> – como também em termos da desigualdade na experiência da vida urbana. Assim, a precariedade que aqui descrevemos não se dá em um contexto abstrato, de sujeitos desterritorializados, sem cor ou gênero. Está consubstanciada em corpos de mulheres – especialmente mulheres negras –, moradoras de favelas e periferias, a maioria delas com pouco ou nenhum acesso à educação ou empregos formais (ou oriundas de famílias com esse perfil) – atravessadas por estruturas de desigualdade de classe, raça, gênero, idade, religião e tantas outras mais. Entre as desigualdades acionadas, o pertencimento a territórios de favela, localidades marcadas historicamente pela violência, racismo e estigmatização, é fundamental para compreender como a precariedade impacta a vida de nossas interlocutoras.

As favelas são uma das expressões mais concretas da desigualdade urbana brasileira, costurando a presença dos pobres no cenário urbano do Rio de Janeiro desde o fim da escravidão aos dias atuais. Retratadas como um “problema” desde seu surgimento (Machado da Silva, 2002; Valladares, 2005), já foram alvo de diversas intervenções do poder público, que vão desde políticas de urbanização até projetos de segurança pública – como o recente projeto de “pacificação” de favelas (Leite, 2014; Menezes, 2018; Rocha, 2018). A expansão do “problema da favela” para o Brasil, a partir da grade de inteligibilidade da violência urbana, aproximou os significantes favela e periferia como representações dos territórios onde moram os pobres, onde a estrutura urbana é “deficiente” e onde o Estado estaria “ausente” (ainda que sua existência seja prova da presença estatal). Todavia, cabe ressaltar que muitas favelas no Rio estão no centro da cidade, como é o

---

<sup>4</sup> Collins (2019) argumenta que as diferentes opressões que se exercem sobre nós não formam uma lista finita de variáveis – e muito menos um *ranking* do que é mais determinante em qualquer situação. Em cada nova situação pode-se identificar uma outra opressão ainda não “catalogada” pela teoria, porque a realidade social é múltipla e complexa. A essa lista de opressões sugerimos adicionar o pertencimento territorial.

caso das favelas aqui analisadas – periferia, nesse sentido, expressa mais um lugar social que geográfico no argumento aqui apresentado.

Para além de compartilharem histórias de desigualdade, violência e estigma, os territórios periféricos são homogeneamente caracterizados por condições inadequadas de habitação, urbanização, circulação e acesso a serviços públicos, particularmente quando comparados com bairros “formais” com que fazem fronteira (como no caso das localidades aqui analisadas). Tais condições impactam em grande medida a garantia de uma série de direitos, operando como obstáculos para que essas populações tenham acesso a uma vida digna.

Outro importante obstáculo enfrentado é a presença de grupos armados controlando o território, agrupados em torno da venda no varejo de drogas ilícitas: chamados de facções, traficantes de drogas ou, para os moradores, o “movimento” ou “os bandidos”. Existe hoje na Região Metropolitana do Rio de Janeiro uma variedade de grupos armados diferentes, o que implica formas particulares de controle territorial (Geni/UFF & Instituto Fogo Cruzado, 2022; Leite, 2018). Porém, de forma geral, tais controles caracterizam-se pelo “cerco pelo terror” (Rocha *et al.*, 2024): por ser controlada por grupos armados que atuam na venda de drogas ilícitas, a população dessas localidades encontra-se em constante situação de um possível conflito armado aberto, a violência que pode irromper a qualquer momento e que transforma as ruas locais em “cenários de guerra”. A presença de pessoas fortemente armadas é ostensiva, o que implica uma vigilância constante da circulação dos moradores. No mesmo sentido, a realização de operações policiais frequentemente altera a rotina local, resultando no fechamento de escolas e serviços públicos de saúde e assistência social, além do risco iminente de morte. Para além dos efeitos mais concretamente mensuráveis, é importante para o argumento deste artigo a dimensão da insegurança permanente que caracteriza a “vida sob cerco” do terror, que também dificulta a garantia de direitos e a dignidade da vida de seus moradores.

Nesse sentido, dentro do escopo analítico-conceitual proposto por este artigo, o “território-favela” compõe parte das dimensões estruturais da precariedade a que nossas interlocutoras estão submetidas, representando obstáculos e dificultadores em suas trajetórias e, ao mesmo tempo, representando a materialização de redes de apoio, fonte de recursos, espaço de subjetivação e identidade, entre outros. Por isso sugerimos, como recorte

analítico, operar com a categoria “precariedades urbanas”, apoiada em uma tripla definição: i) estrutura que ordena relações de violência e desigualdades; ii) fenômeno multidimensional, dentro do qual o território compõe uma dimensão central; e iii) processos múltiplos de subjetivação que engendram formas de agenciamento, “de fazer a vida” e *contornar* obstáculos também a partir desse pertencimento territorial. Acreditamos, assim, contribuir para o debate sobre precariedade sem reproduzir dualidades como formal-informal ou legal-ilegal (Telles, 2010) que, pensadas de forma estanque, não se sustentam quando confrontadas com contribuições clássicas sobre o processo de formação urbana brasileiro e suas contradições.<sup>5</sup> Da mesma forma, esperamos expandir a compreensão da precariedade para incorporar também os agenciamentos dos sujeitos a ela submetidos, de forma a evitar reforçar estereótipos que implicam em desumanização e invisibilidade para essas populações.

Na seção seguinte, analisamos como nossas interlocutoras experimentam essas precariedades urbanas e como buscam superá-las, através de estratégias de contornamento e ajuda mútua.

## II. Precariedades urbanas: “fazendo a vida” nas favelas do Rio de Janeiro

Conforme apresentado na seção anterior, armamos o arcabouço conceitual em torno da categoria “precariedade urbana”, constituída por três elementos: a dimensão estrutural da precariedade, descrita como os *obstáculos* enfrentados por nossas interlocutoras; os agenciamentos acionados por elas, descritos enquanto *contornamentos*; e as dinâmicas sociais moldadas pelos territórios onde essas mulheres habitam o cotidiano. Para demonstrar como esses três elementos operam de forma articulada, apresentamos nesta seção os territórios habitados por nossas interlocutoras e, em seguida, os repertórios de contornamentos que elas acionam cotidianamente.

O Caju está localizado na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro e abriga construções da época do antigo império português, o Porto da cidade, um complexo de cemitérios, uma usina de reciclagem, um hospital

---

<sup>5</sup> Referimo-nos aqui aos trabalhos fundantes do campo dos estudos urbanos e da modernização brasileira, como Leeds e Leeds (2015), Machado da Silva (2011), Perlman (1977), Kowarick (1978), Valladares (1978) e Zaluar (1985), entre outros.

e algumas indústrias. É também um dos bairros cariocas com maior população habitando em favelas (IBGE, 2000). Por estar às margens da Baía de Guanabara, originalmente foi ocupado por pescadores e uma pequena indústria pesqueira, mas também recebeu outras fábricas, como as do setor têxtil – o que atraiu migrantes de outras regiões do país. Com o ordenamento urbano realizado na cidade entre o final do século XIX e início do XX, a região passou a abrigar o complexo de cemitérios, uma usina de reciclagem de resíduos e foi isolada pela abertura de uma das principais avenidas da cidade: a Avenida Brasil, via de acesso para quem chega ao centro do Rio de Janeiro. Essas mudanças urbanísticas, juntamente com o intenso fluxo de caminhões devido ao funcionamento do Porto, moldaram as características que a localidade possui hoje, que combina a ocupação residencial com uma forte atividade comercial e industrial e faz do Caju um bairro que sofre com o excessivo barulho e a poluição do ar.

Apesar de ter sido uma das localidades cariocas a receber uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), o Caju não foi alvo de investimentos em urbanização feitos na época em que a cidade foi palco dos megaeventos. Nenhuma política habitacional foi desenvolvida na região e o padrão de moradias segue sendo o da autoconstrução. Como em outras favelas, o baixo custo da moradia (seja por autoconstrução ou aluguel) é um dos principais atrativos para aqueles que buscam morar no bairro (Alves, 2007, p. 91), aliado à localização próxima do centro da cidade e de vias importantes de circulação.

O Caju possui nove sub-localidades e a maioria delas, neste momento, é área de atuação da facção criminosa Terceiro Comando Puro (TCP). O grupo armado ocupa o território de forma ostensiva, com homens fortemente armados em diversos pontos de circulação, barricadas em diversos acessos à favela e um forte controle de quem entra e sai do local. A constante ameaça de confronto, seja por uma “invasão” de facções rivais, seja por operações policiais, produz uma sociabilidade caracterizada como um “cerco pelo terror” (Rocha *et al.*, 2024), cuja rotina pode ser suspensa a qualquer momento.

O Morro do Céu, juntamente com outras nove localidades, integra o Complexo do Caramujo, que possui uma área de 2,77 km<sup>2</sup> e está localizado na zona norte da cidade de Niterói. Situa-se em uma das partes altas do Caramujo, em uma área de colinas e mananciais que foram extremamente comprometidos pela presença do Centro de Tratamento de Resíduos. Até 1980, era pouco habitado; a maior parte de suas moradias eram sítios, as

pessoas criavam animais e estavam cercadas de recursos naturais. Esse cenário foi alterado com a instalação do Depósito de Resíduos Municipal, que até meados de 1983 funcionou em um bairro vizinho.

Juntamente com a instalação do então aterro sanitário, o poder público realizou obras de infraestrutura, como a pavimentação de vias, a construção de um posto de saúde, de uma creche, de um centro de controle de Zoonose e ampliou a circulação de uma linha de ônibus com destino ao centro da cidade. Entretanto, com o passar dos anos, muitos desses serviços foram sucateados e algumas dessas atividades foram transferidas para outras regiões da cidade. Um exemplo do sucateamento dos serviços de infraestrutura urbana que impacta o cotidiano dos moradores do Morro do Céu é o funcionamento insuficiente do único ônibus que atende a localidade, o 26A. Sua frota circula com número reduzido de carros, chegando a rodar com apenas um veículo nos finais de semana, seus horários são irregulares e possui longos intervalos entre as viagens, fazendo com que atrasos e viagens superlotadas sejam uma constante na vida de seus usuários.

Apesar do elevado índice de desenvolvimento humano de Niterói, o Complexo do Caramujo integra uma considerável parte da cidade que sofre com a desigualdade socioeconômica em relação ao acesso a serviços e infraestrutura urbanas, informalidade, violência e demais precariedades que se impõem no cotidiano dos seus moradores. A discrepância entre as diversas regiões de Niterói pode ser visualizada quando comparamos, por exemplo, a renda familiar de seus moradores. No Caramujo, entre 45% e 55% da população vive com até dois salários-mínimos; realidade bem diferente daqueles que moram nos bairros de classe média e classe média alta, como Icaraí e São Francisco, cujo percentual nessa faixa de renda é de 0 a 25% (Pereira, 2018, p. 9).

Assim como no Caju, a violência afeta diretamente a rotina dos moradores do Morro do Céu, pois os confrontos armados frequentes cancelam aulas, suspendem serviços públicos de atendimento à população e interrompem o serviço de transporte. A facção de tráfico de drogas ilícitas dominante no Complexo do Caramujo é o Comando Vermelho, cuja presença armada ostensiva é uma constante ameaça aos moradores, tanto pela possibilidade de confrontos armados com grupos rivais e/ou as forças policiais, quanto pela vigilância e controle que exercem sobre a população, com a justificativa de estarem “protegendo” seus pontos de venda de drogas ilícitas. Assim

como no Caju os moradores do Morro do Céu vivem sob um “cerco pelo terror”, que organiza a vida social local.

A breve descrição das localidades buscou destacar as similaridades entre os territórios, contexto que compõe a precariedade urbana, produz efeitos nas trajetórias analisadas e aproxima diversas experiências de viver na cidade. Buscou também descrever alguns dos obstáculos enfrentados pelos moradores de favelas na tarefa de “fazer a vida”: oferta ineficiente de serviços de transporte, problemas de saúde causados pela poluição local ou pela falta de saneamento básico, moradias inadequadas e insuficientes, controle territorial armado e constante ameaça de irrupção da violência no território, entre outros problemas, compõem um quadro em que direitos básicos são frequentemente negados. O “fazer a vida” nessas condições torna-se uma operação diária de contornar tais obstáculos dentro de um cenário permanente de insegurança (Millar, 2014, p. 34). Ainda assim, nossas interlocutoras diuturnamente “fazem suas vidas” e de suas famílias e comunidade, em uma impressionante afirmação de suas existências (Das, 2024, p. 25).

Para além da experiência de habitar uma favela, nossas interlocutoras compartilham algumas características “sociodemográficas”: são mulheres pretas e pardas, têm entre 20 e 35 anos, e possuem ensino médio completo (três delas, com experiência universitária em curso). Tais características, longe de tornar suas trajetórias similares, permitem compreender certos obstáculos específicos que enfrentam, diferentes dos enfrentados pela geração anterior a elas, como veremos. Ainda no campo do que aproxima essas trajetórias urbanas, cabe destacar rapidamente o contexto mais geral do neoliberalismo no país, que articulou o desmonte de direitos trabalhistas e sociais (Braga, 2017) com a expansão do ensino universitário e políticas de crédito para as classes populares (Gago, 2020) e, de forma concomitante e articulada, é também o contexto de expansão e aprofundamento do controle territorial por grupos armados nas periferias urbanas (Hirata *et al.*, 2024).

A seguir, descrevemos algumas das táticas de existência cotidiana que nossas interlocutoras compartilharam conosco. Os relatos são resultado de pesquisa etnográfica feita nas duas localidades, desde 2022. Os nomes das interlocutoras foram trocados, bem como alteradas ou omitidas informações que pudessem identificá-las. As questões mobilizadoras em cada um dos campos aqui apresentados eram diferentes, por isso os relatos enfocam

os temas privilegiados por cada uma das pesquisadoras. Contudo, todos articulam as temáticas dos obstáculos e dos contornamentos: no Caju, a precariedade urbana se expressa através das dificuldades em acessar uma moradia digna; no Morro do Céu, é a mobilidade inadequada que se apresenta como um obstáculo. Em ambos os casos, as interlocutoras selecionadas descrevem como tais dificuldades se apresentaram e como buscaram formas de superá-las para “fazer a vida” dentro das condições materiais existentes.

### *“Fazendo a vida” no Caju: habitando nas dobras do legal e do ilegal*

Cecília não nasceu no Caju, mas em um bairro popular formal na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ao chegar no Caju assustou-se, pois segundo ela “nunca tinha entrado em uma favela”. Por conta desse estranhamento, tentou algumas vezes alugar apartamentos sozinha em áreas formais da cidade, mas com uma situação econômica instável e repetidos momentos de desemprego, acabou aceitando a proposta da mãe para retornar, já que na favela “podia ter ar-condicionado que não paga luz, podia ter água do banho a vontade que não paga água”. Ainda assim, em mais um momento de desemprego, não tinha como pagar aluguel nem dentro da favela e, por isso, foi pedir um local para morar a um membro do grupo de traficantes de drogas local. Segundo ela, toda vez que via um deles passando, mesmo sem ter certeza quem eram, ia atrás e pedia “O senhor tem alguma casinha?”. Acabou conseguindo, após cinco meses de insistência, uma casa na localidade chamada Vila dos Sonhos, antigo conjunto de casas que abrigava os funcionários do enorme hospital federal que existia na favela, extinto nos anos 1980.

A condição da moradia estava longe de ser a ideal. Segundo Cecília, quando ela se mudou, a casa não tinha luz nem acesso à água, não tinha piso e as paredes estavam encardidas. Todas essas melhorias foram feitas com seu esforço, dedicação e investimento de tempo e dinheiro. Cecília fala com evidente orgulho das melhorias que fez na casa, e de como hoje reside na casa mais “arrumada” da localidade. Quando questionada sobre a instabilidade da sua condição, pois não tem nenhuma garantia sobre quanto tempo vai poder ficar ali, afirma compreender que, se o chefe do tráfico de

drogas ilícitas local pedir a casa ela vai ter que devolver e perder todo o investimento que fez. Cecília define a incerteza de sua condição: “A casa é minha, mas tudo que eu for fazer eu tenho que pedir”. Mas defende que é preciso cuidar do lugar onde se mora como se fosse permanente, para poder viver de forma digna, ainda que provisória.

A lógica em investir em algo provisório pode parecer arriscada para quem confia no ordenamento jurídico e na permanência da propriedade privada, mas no contexto de vida de Cecília pode ser entendida como uma afirmação do desejo de viver com dignidade, e como uma aceitação tácita dos termos do ordenamento local. Ainda que a ameaça de “perder tudo” seja uma realidade, e que sua moradia dependa da “boa vontade” do traficante local, aciona suas relações pessoais (“conheço o chefe desde criança, joguei bola com ele”, como ela explicou) e a capacidade argumentativa e coragem que demonstrou ao pedir a casa como recursos a serem acionados caso a situação atual se altere. Compreende que, não podendo comprar uma casa ou pagar um aluguel em uma moradia adequada, a solução encontrada é o melhor dentro do *possível*.

A instabilidade jurídica a respeito da propriedade da moradia é uma constante nas favelas, onde há o reconhecimento legal da construção (através de documentos oficiais como contas de serviços públicos e/ou a obtenção do “Habite-se”<sup>6</sup>), mas não o reconhecimento da posse da terra. À ausência de uma política habitacional adequada no Caju soma-se o controle do mercado imobiliário local pelo grupo armado ali atuante, que tem modificado a paisagem da favela nos últimos anos. Houve uma expansão no número de construções, inclusive em terrenos que antes não eram ocupados – como no caso da Vila dos Sonhos, onde Cecília mora, além da verticalização dos imóveis. Mas as interlocutoras apontam que poucos terrenos agora “não têm dono”, e que toda a negociação de compra e venda deve passar pelo “chefe” do crime local. Em muitos casos ele se tornou o “dono” das terras, e a venda de terrenos e construções passou a ser mais uma das fontes de rendimento

---

<sup>6</sup> O “Habite-se” é um documento emitido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro que atesta a construção de um imóvel dentro das regras de edificação. Não é um documento de propriedade, mas muitas vezes é acionado como uma comprovação da posse de um imóvel. A Prefeitura, em diferentes gestões, criou programas de regularização fundiárias para favelas, mas, segundo declaração do Instituto Pereira Passos (autarquia municipal) ao Jornal O Globo, em 2022, apenas 1% dos imóveis localizados em favelas estão regularizados na cidade (Schmidt, 2022).

dos grupos armados.<sup>7</sup> Assim, mesmo aquelas que conseguem adquirir um imóvel não escapam de depender de negociações com os traficantes, como no caso de Bárbara que veremos a seguir.

Bárbara é uma jovem mulher parda, casada e com uma filha de treze anos. Atualmente é estudante de graduação em uma universidade pública, onde entrou, como cotista, após estudar em um curso de pré-vestibular comunitário. Antes disso, era dona de casa, mas decidiu tornar-se uma empreendedora do mercado imobiliário local. Assim, pegou um empréstimo pessoal de dez mil reais em um banco,<sup>8</sup> através de uma linha de crédito voltada para população de baixa renda, mas com taxas de juros muito altas. Sacou o valor em dinheiro e usou para adquirir um terreno vendido por um traficante local, onde pretendia construir uma quitinete para alugar. A negociação foi feita após ela ficar sabendo da oferta do terreno através de outros moradores.

Além de ter que arcar com os custos do empréstimo feito para adquirir o terreno, Bárbara assumiu os custos da obra. Assim, sempre que sobrava algum dinheiro, ela comprava materiais de construção que ia acumulando no terreno, aguardando o momento em que poderá pagar a mão de obra para iniciar os trabalhos de construção. Novamente chama a atenção que a interlocutora estivesse investindo financeiramente em um imóvel cuja situação jurídica é bastante instável. Quando questionada sobre o risco de perder o investimento feito e ainda ter um empréstimo para pagar Bárbara respondeu que a garantia era a “palavra do chefe”. Se ela comprou dele, e eles “apertaram as mãos”, então ela tinha a expectativa de que a propriedade do terreno, e da casa que será construída ali, não serão questionadas. Porém explicou que planeja registrar o futuro imóvel na associação de moradores, dando um caráter legal à construção. Esse serviço, fornecido pela associação e cuja taxa para realização é de R\$ 400, é uma estratégia corriqueira para regularização de imóveis na favela, ainda que sem legalidade jurídica.

---

<sup>7</sup> A atuação de grupos armados no mercado imobiliário é mais conhecida em se tratando de milícias, sendo o caso do desabamento dos prédios na localidade da Muzema, em 2019, o evento que chamou a atenção para a disseminação dessa atividade econômica (Benmergui & Gonçalves, 2019). Contudo, a atuação de facções de tráfico de drogas ilícitas nesse setor vem sendo identificada em diversas pesquisas recentes (Carvalho *et al.*, 2023).

<sup>8</sup> O endividamento é, no enquadramento proposto por Gago (2020, p. 197), “um tipo específico de disciplinamento e, eventualmente, de criminalização” das populações majoritariamente não assalariadas, migrantes e feminizadas.

Por motivos pessoais, que incluíram a separação do pai de sua filha, Bárbara, no momento, não está conseguindo investir na construção do imóvel. A dívida com o banco está sendo paga aos poucos – com juros provavelmente muito elevados, e a interlocutora está avaliando vender o terreno para um parente. A oferta feita seria quatro vezes o valor que ela pagou inicialmente e, se a transação for realizada de forma satisfatória, a interlocutora terá demonstrado uma sagacidade econômica digna de grandes investidores. Assim, entre dívidas em banco, “apertos de mão”, negociação entre parentes, investimentos pequenos e contínuos, Bárbara vai contornando a ausência de uma moradia digna e vai “fazendo a vida” em direção ao projeto de ter uma casa e, mais do que isso, um patrimônio para sua filha.

Ambas as interlocutoras do Caju relataram táticas de superação de dificuldades que combinam práticas formais e informais. Já no Morro do Céu o foco dos relatos está nas maneiras de contornar a dificuldade em acessar direitos, sobretudo a educação formal, e a importância das redes de apoio.

### *“Fazer o corre”: mobilidade e redes de apoio entre jovens do Morro do Céu*

“Fazendo os corres” é a categoria êmica que Fernanda, uma jovem negra de 20 anos, utiliza para explicar como conseguiu terminar o ensino médio em um instituto federal e entrar em uma universidade pública para fazer o ensino superior. Sua rotina é toda planejada para conseguir dar conta de suas atividades dentro das limitações que possui: o estágio fica perto do restaurante universitário para que ela consiga almoçar gastando pouco e atendendo a todos os seus compromissos, por exemplo. A matrícula na universidade, além do acesso ao restaurante universitário, permite se candidatar a bolsas e auxílios, e assim ela tenta conciliar a renda e a frequência ao curso, que é integral. Ainda assim, os custos para Fernanda se manter na universidade só são cobertos com a ajuda de sua mãe, Dona Nice, que para criar a filha já trabalhou como operária em fábricas, manicure e também vendendo roupas em feiras pela cidade.

A precariedade no serviço de transporte no Morro do Céu obrigou Dona Nice a abrir mão de um trabalho formal e mais bem pago, porém distante e com uma jornada que terminava tarde demais para ela conseguir chegar em casa com segurança. Assim, como a escola de qualidade que a filha

frequentava era próxima do Morro do Céu D. Nice largou o emprego, passando a exercer trabalhos informais, sobretudo a venda de roupas em feiras, que rendia mais e tinha horários mais compatíveis. Mas também esse trabalho foi abandonado quando os seus ex-sogros, ficaram doentes e recaiu sobre Fernanda o cuidado dos avós. Para que a filha pudesse continuar a se dedicar aos estudos, D. Nice assumiu a tarefa de cuidado dos ex-sogros, e agora se sustenta apenas com os bicos como manicure.

O apoio da mãe foi fundamental para que Fernanda terminasse o ensino médio e ingressasse em uma universidade pública, trajetória diferente de muitos de seus colegas que não conseguiram se manter na escola ou na universidade. Mesmo após a conquista da vaga no ensino superior público, os “corres” permanecem fazendo parte da rotina de Fernanda: segundo ela, muitas vezes foi necessário dividir a marmita levada para a aula com os colegas, conseguir caronas para participar de atividades que terminavam depois do horário de funcionamento do ônibus que atende o Morro do Céu, voltar para casa a pé caminhando longos trajetos, entre outros expedientes. As redes de apoio, seja a familiar ou de colegas de curso, são fundamentais para que ela habite esse “presente precário”, tornado possível a partir de “uma existência contínua e compartilhada em tempos delicados” (Millar, 2014, p. 48, em tradução das autoras).

A sustentação nesse cotidiano precário muitas vezes é ameaçada por obstáculos além de seu controle, como quando foi tratada de forma injusta por um professor na escola, em uma disputa com estudantes brancas, sendo reprovada na disciplina. Na reunião marcada pela direção da escola para tentar reverter a reprovação D. Nice não pôde estar presente, por conta do trabalho na feira, e Fernanda acabou sendo punida. Segundo ela, foi no contexto escolar, por conta de situações como essa e outras de tratamento diferenciado frente a colegas brancos, que “descobriu que era negra”. Por conta dessa reprovação injusta, Fernanda pensou que não conseguiria completar os estudos, mas conseguiu juntar forças e com o apoio de sua mãe persistiu. São essas “emergências cotidianas” (Millar, 2014) que desestabilizam a rotina e os planos de futuro de nossas interlocutoras, e exigem contornamentos diários para que todo o investimento feito em construir uma vida melhor não seja perdido.

Ana Júlia também é filha de uma mulher trabalhadora, e foi através do esforço da mãe como doméstica que conseguiu chegar à universidade. Em

seu relato, Ana Júlia destaca como a estrutura do Morro do Céu impacta seu rendimento educacional, tendo sido extremamente difícil continuar os estudos durante a pandemia de Covid-19, morando em uma casa de um cômodo, com apenas um computador em casa para dividir com o irmão e uma conexão de internet fraca e instável. Foi também durante a pandemia que a mãe de Ana Júlia perdeu um dos dois trabalhos que tinha, o que abalou a renda familiar. Ainda assim, D. Catarina garantiu que seus filhos não tivessem que parar de estudar.

D. Catarina possui uma rotina de trabalho que pode ser descrita como extenuante: acorda antes das cinco da manhã para poder estar às cinco e meia no ponto do ônibus que a leva até o Terminal Rodoviário localizado no centro da cidade. De lá, ela pega um outro ônibus até as proximidades da casa onde trabalha, pois naquele bairro não há circulação interna de transporte público, apenas nos arredores. Assim, D. Catarina é obrigada a andar bastante até seu local de trabalho. À noite, quando finalmente retorna para casa, demora a entrar no ônibus porque muitos passam lotados, chegando em casa após as 22h00.

Como sabemos, no Brasil, o trabalho doméstico pago é frequentemente realizado por mulheres negras, uma ocupação que “permanece atrelada a sujeitos historicamente subalternizados” (Manzi & Dos Anjos, 2021, p. 14). Nesse sentido, o esforço de D. Catarina não é algo incomum, mas aqui é destacado por ser a condição de permanência de sua filha no ensino superior. No mesmo sentido, a história de Fernanda e D. Nice também reforça a importância do trabalho das mães para que suas jovens filhas possam romper o ciclo de atividades precarizadas e/ou mal remuneradas, através do acesso ao ensino superior. Contudo, é notável que, no caso de nossas interlocutoras, um mecanismo de mobilidade estrutural tão reconhecido como a educação só possa ser acionado através do esforço (ou do “sacrifício”, como nomeiam nossas interlocutoras) de uma geração anterior de mulheres. A superação do obstáculo não está apenas em passar no funil do acesso ao ensino superior, mas a permanência e a conclusão dessa etapa escolar é uma luta diária, que só é vencida a cada dia com agenciamentos múltiplos de uma rede de pessoas envolvidas no projeto coletivo de formação dessas jovens.

Com esses quatro relatos sobre a trajetória de mulheres faveladas, buscamos, portanto, descrever como o território opera como uma dimensão material e objetiva da precariedade enfrentada em suas vidas cotidianas, e quais táticas elas mobilizam para contorná-la.

## Considerações finais: navegando a “precariedade urbana”

Conforme buscamos demonstrar nos relatos apresentados acima, as favelas do Rio de Janeiro concentram uma miríade de dimensões que compõem a precariedade da vida de pobres urbanos brasileiros. Por um lado, temos questões estruturais como mobilidade e políticas habitacionais inadequadas ou insuficientes, produzindo um “fazer a vida” cheio de obstáculos. Por outro lado, temos o controle armado territorial como mais uma camada de precariedade, tornando as rotinas imprevisíveis e concentrando de forma ilegal recursos anteriormente disponibilizados aos favelados, como a terra. Atravessando todas essas dimensões, o fato de as favelas concentrarem uma população negra e de mulheres trabalhadoras limita suas possibilidades de trabalho e renda – não à toa, as mães de nossas duas últimas interlocutoras, encontram-se em situação laboral informal e/ou mal paga, como manicure e empregada doméstica. Já nossas interlocutoras, em sua maioria, são a primeira geração de mulheres de suas famílias a acessar o ensino superior – o que só é possível, como buscamos demonstrar, através de redes de apoio familiares. Se as redes de apoio e solidariedade são fundamentais no enfrentamento às precariedades (como destaca Butler, 2016), elas também representam uma sobrecarga para essas mulheres, responsabilizadas quase que exclusivamente por essas tarefas não remuneradas que se apresentam como obrigações morais (Gago, 2020).

Buscamos aqui destacar os contornamentos de nossas interlocutoras para superar os obstáculos colocados pela precariedade urbana, mas sem desconsiderar o efeito que esta produz, particularmente em relação às chamadas “emergências cotidianas” (Millar, 2014). Nos casos analisados, destacam-se a instabilidade da moradia (que depende de acordos e concessões com grupos de controle territorial armado) e a dificuldade em exercer um direito “garantido”, como o acesso à educação pública de qualidade. Assim, quando se está exposto à precariedade em graus tão elevados quanto o das mulheres negras faveladas, uma pequena mudança no contexto pode colocar todas as conquistas a perder. Outro elemento dessas emergências, pouco tematizado nos relatos que trouxemos aqui <sup>9</sup> mas muito presente no cotidiano das favelas,

---

<sup>9</sup> A opção por não focar nos relatos a questão da violência urbana foi uma escolha das autoras, visto que já há muitas informações sobre o efeito do conflito armado na rotina dos moradores de favelas – ver, por exemplo, Machado da Silva (2008), Machado da Silva e Leite (2007), Magalhães (2020), Menezes (2024), Rocha *et al.* (2024), entre outros. No entanto, cabe destacar que nossas interlocutoras muitas vezes evitam tematizar abertamente a questão da violência urbana, por temerem represálias, ainda que o assunto apareça nas descrições da vida cotidiana.

como de conhecimento público, são as irrupções de confrontos armados no território, que frequentemente suspendem aulas, impedem a circulação de quem estuda e trabalha fora do território e, mais grave, ferem ou matam. A presença rotineira dessas emergências indica como, para nossas interlocutoras, a instabilidade é uma regra que caracteriza de forma central a precariedade da vida – condição essa que, no neoliberalismo contemporâneo, não se restringe ao contexto analisado aqui, mas expande-se para um estado de insegurança generalizada (Lorey, 2015; Millar, 2017). Como contribuição para a formulação de políticas públicas promotoras de direitos, esperamos que nossa análise demonstre a importância de considerar a realidade social dessas populações em sua totalidade e de forma interconectada. Nos casos em tela observa-se como políticas de acesso à educação são insuficientes sem mobilidade e políticas de cuidado; ou ainda, como políticas de moradia são ineficientes sem o combate ao controle territorial armado nas periferias urbanas.

Contudo, os relatos etnográficos selecionados destacaram também os agenciamentos operados por essas mulheres para resistir a tais obstáculos e emergências. Seja pelos contornamentos que produzem através de circuitos informais e ilegais, seja pela construção de redes de apoio e cuidado mútuo, essas mulheres produzem uma resistência cotidiana, “fazendo a vida” e viabilizando futuros, apesar de tudo. Dessa forma, demonstram não estarem presas em uma posição de assujeitamento, recusando o papel de sujeitos “preconcebidos ao qual a experiência ocorre” (Das, 2024, p. 25). Afirmando, assim, de forma poderosa a força *política* de suas ações no mundo.

É a partir dessas reflexões que buscamos contribuir com uma definição de precariedade que incorpore sua tripla dimensionalidade, como: i) estrutura que ordena relações de violência e desigualdades; ii) fenômeno multidimensional, dentro do qual o território compõe uma dimensão central; e iii) processos múltiplos de subjetivação que engendram formas de agenciamento, “de fazer a vida” e “navegar” nos obstáculos. Se a precariedade é, de fato, uma condição que tende a se expandir em um mundo onde a insegurança é generalizada, aprender com essas mulheres a navegar os obstáculos e a construir táticas de sobrevivência e afirmação da vida é mais do que necessário.

## Referências

- Alves, Eliane B. (2007). *O bairro do Caju: A construção de uma periferia empobrecida* [Dissertação de Mestrado em Geografia]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. <https://catalogo-redesirius.uerj.br/TerminalWeb/acervo/detalhe/148318>
- Amparo Alves, Jaime. (2018). *The anti-black city: Police terror and black urban life in Brazil*. University of Minnesota Press.
- Benmergui, Leandro, & Gonçalves, Rafael S. (2019). Urbanismo miliciano in Rio de Janeiro. *NACLA Report on the Americas*, 51(4), 379-385. <https://doi.org/10.1080/10714839.2019.1692986>
- Bourdieu, Pierre (2003). *A miséria do mundo*. Vozes.
- Bourdieu, Pierre (1998). *Contre-feux. Propos pour servir à la résistance contre l'invasion néo-libérale*. Liber-Raisons d'Agir.
- Braga, Ruy. (2017). *A rebeldia do precariado*. Boitempo Editorial.
- Butler, Judith. (2016). *Frames of war: When is life grievable?* Verso Books.
- Butler, Judith. (2004). *Precarious life: The powers of mourning and violence*. Verso Books.
- Carvalho, Monique B., Rocha, Lia de M., & Motta, Jonathan William B. da. (2023). *Milícias, facções e precariedade: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados*. Fundação Heinrich Böll.
- Castel, Robert. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Seuil.
- Chmutina, Ksenia, Meding, Jason von, Williams, Darien Alexander, Vickery, Jamie, & Purdum, Carlee. (2023). From pity to fear: Security as a mechanism for (re)production of vulnerability. *Disasters*, 47(3), 546-562. <https://doi.org/10.1111/disa.12568>
- Collins, Patricia H. (2019). *Intersectionality as Critical Social Theory*. Duke University Press.
- Das, Veena. (2024). *Life and words: Violence and the descent into the ordinary*. University of California Press.
- Das, Veena, & Randeria, Shalini. (2015). Politics of the urban poor: Aesthetics, ethics, volatility, precarity – An introduction to Supplement 11. *Current Anthropology*, 56(S11), S3-S14. <https://doi.org/10.1086/682353>

- De Certeau, Michel. (1998). *A invenção do cotidiano. Artes do fazer* (3. ed., Vol. 1 (3rd ed.). Ed. Vozes.
- Fernandes, Adriana. (2014). Arte do contornamento e ocupação de moradia no Rio de Janeiro. *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, 1(40), 311-333. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/15910>
- Gago, Verónica. (2020). Lecturas sobre feminismo y neoliberalismo. *Revista Nueva Sociedad*, (290), 195-205. <https://nuso.org/articulo/lecturas-sobre-feminismo-y-neoliberalismo/>
- Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos/UFF – GENI/UFF, & Instituto Fogo Cruzado. (2022). *Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro*. <https://fogocruzado.org.br/relatorios/mapa-historico-dos-grupos-armados-expoe-reorganizacao-territorial-do-crime-no-rio/>
- Han, Clara. (2018). Precarity, Precariousness, and Vulnerability. *Annual Review of Anthropology*, 47, 331-343. <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102116-041644>
- Hirata, Daniel, Rocha, Lia de M., & Santos Júnior, Orlando A. dos. (2024). Ilegalismos, controle territorial armado e a cidade: reflexões na perspectiva de uma agenda de pesquisa. *Cadernos Metrópole*, 26(61), e6168000. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6168000-pt>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2022). *Cidades*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>
- Kowarick, Lucio. (1978). *A Espoliação Urbana*. Editora Paz & Terra.
- Leeds, Anthony, & Leeds, Elizabeth. (2015). *A sociologia do Brasil urbano*. Editora Fiocruz; Faperj.
- Leite, Marcia P. da S. (2014). Entre a “guerra” e a “paz”: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 7(4), 625-642.
- Leite, Marcia P. da S. (2018). State, market and administration of territories in the city of Rio de Janeiro. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 14(3), 1-22. <https://doi.org/10.1590/1809-43412017v14n3p149>
- Lorey, Isabell. (2015). *State of insecurity: Government of the precarious* (1. ed.). Verso Books.
- Machado da Silva, Luiz Antonio. (2011). A política na favela. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 4(4), 699-716.
- Machado da Silva, Luiz Antonio. (2008). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Editora Nova Fronteira/Faperj.

- Machado da Silva, Luiz Antonio. (2002). A continuidade do “problema da favela”. In L. Lippi (org.), *Cidade: História e desafios* (pp. 220-237). Ed. FGV.
- Machado da Silva, Luiz Antonio, & Leite, Marcia P. da S. (2007). Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, 22, 545-591. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922007000300004>
- Magalhães, Alexandre. (2020). A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 36(106), e3610600. <https://doi.org/10.1590/3610600/2021>
- Manzi, Maya, & Dos Anjos, Maria Edna dos S. C. (2021). O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 23, e202132pt. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202132pt>
- Menezes, Palloma do V. (2024). *Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”: a “pacificação” das favelas cariocas*. Editora UFRJ.
- Menezes, Palloma do V. (2018). Monitorar, negociar e confrontar: as (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. *Tempo Social*, 30(3), 191-216. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.133202>
- Millar, Kathllen (2017). Toward a critical politics of precarity. *Sociology Compass*, 11(6), e12483. <https://doi.org/10.1111/soc4.12483>
- Millar, Kathllen (2014). The precarious present: Wageless labor and disrupted life in Rio de Janeiro, Brazil. *Cultural Anthropology*, 29(1), art. 1. <https://doi.org/10.14506/ca29.1.04>
- Pereira, Rafael C. D. (2018). *A Cidade de Niterói: Política urbana, valorização do solo e habitação* [Artigo apresentado em congresso]. XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Rio de Janeiro.
- Perlman, Janice. (1977). *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Paz & Terra.
- Rocha, Lia de M. (2018). Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “Pacificação”, intervenção e seus efeitos sobre o espaço público. In M. Leite et al., *Militarização no Rio de Janeiro: Da pacificação à intervenção* (Vol. 1, pp. 223-239). Mórula Editorial.
- Rocha, Lia de M., Carvalho, Monique, & Motta, Jonathan da. (2024). As novas modalidades de “cerco” da criminalidade carioca: Um estudo comparativo das condições de vida em territórios periféricos no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Sociologia*, 12, e-rbs.969. <https://doi.org/10.20336/rbs.969>

- Schmidt, Selma. (2022, 14 mar.). Só 1% dos imóveis em favelas do Rio tem título de propriedade, entregue pela prefeitura. *O Globo*. Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/rio/so-1-dos-imoveis-em-favelas-do-rio-tem-titulo-de-propriedade-entregue-pela-prefeitura-1-25371724>
- Segato, Rita Laura. (2016). *La guerra contra las mujeres*. Traficantes de Sueños.
- Standing, Guy. (2011). *The precariat: The new dangerous class*. Bloomsbury Academic.
- Telles, Vera da S. (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal* (1. ed.). Argumentum.
- Valladares, Lícia do P. (2005). *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com* (1. ed., Vol. 1). Editora FGV.
- Valladares, Lícia do P. (1978). *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Zahar.
- Vigh, Henrik. (2009). Motion squared. A second look at the concept of social navigation. *Anthropological Theory*, 9(4), 419-438. <https://doi.org/10.1177/1463499609356044>
- Zaluar, Alba. (1985). *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. Brasiliense.

Recebido: 8 mar. 2025.

Aceito: 12 dez. 2025.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)